



ANA DUBEUX
anadubeux.correio@gmail.com

CNJ cria seleção prévia para concurso de juizes

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, nesta semana, a criação do Exame Nacional da Magistratura. A prova servirá como uma seleção prévia para quem quer prestar concurso para a carreira de juiz. Dessa forma, só poderão realizar as seleções para juiz quem for aprovado no exame. Críticos apontam problemas na estruturação. Será uma prova objetiva, composta por 50 questões de direito constitucional, administrativo, processual, civil, empresarial e penal, além de noções gerais de direito, formação humanística e direitos humanos. A matéria de processo penal não será cobrada, o que levanta preocupações sérias sobre a preparação e competência dos futuros juizes. A compreensão aprofundada do processo penal é essencial para a aplicação justa e equitativa da lei, especialmente em um país com altas taxas de criminalidade e desafios na área de segurança pública. Além disso, a prova vem sendo apontada como uma possível ferramenta de ampliação das disparidades socioeconômicas entre os candidatos, que terão que se preparar para mais uma etapa de seleção. Sem recursos para investir em cursos preparatórios caros, grupos mais vulneráveis terão menor chance de sucesso no exame, restringindo a diversidade e representatividade no Judiciário. A norma foi anunciada pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, e aprovada por unanimidade. A medida se aplica às justiças Federal, Estadual, Trabalhista e Militar ficará em análise por 30 dias. Serão considerados aprovados aqueles que obtiverem ao menos 70% de acertos, ou, no caso de candidatos negros ou indígenas, 50% de acertos.

Servidores em teletrabalho no TJDF podem chegar a 50%

Representantes do Sindjus reuniram-se, nesta semana, com o corregedor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), desembargador J.J. Costa Carvalho, para discutir a proposta que será enviada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ampliar de 30% para 50% o percentual de servidores em teletrabalho. Antes de ser remetida ao CNJ, o tema será discutido pelo Tribunal Pleno do TJDFT. Estão fora do percentual de 50% em teletrabalho, os servidores nas seguintes situações: com comorbidades, idosos, gestantes e lactantes, com deficiência ou que tenham dependentes com deficiência e da área de Tecnologia da Informação e Comunicação.



De Brasília para Milão, de Milão para Brasília

Referência em arquitetura moderna, a capital federal busca um novo título ligado ao design e não apenas à cidade: o design circular. A tendência mundial, que rompe a dinâmica da obsolescência, estará em evidência na Brasília Design Week 2024, prevista para junho de 2024. Dessa vez, a Apex e a Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimóvel) vão remontar parte da mostra que será destaque na próxima Semana de Design de Milão. Para todos conhecerem: soluções criativas apresentadas por arquitetos e designers brasileiros.



Paula Canino

Licença-maternidade no estágio probatório

A procuradora-geral da República interina, Elizeta Ramos, apresentou uma proposta para que o período de licença-maternidade seja computado ao estágio probatório de membros e servidoras do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público. Para acrescentar o novo dispositivo à Resolução CNMP nº 250 de 25 de outubro de 2022, Elizeta cita a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. “Suspender o estágio probatório durante o período de licença-maternidade é, portanto, uma forma de discriminação à mulher, uma vez que elas são as únicas prejudicadas por esse adiamento. É necessário, portanto, que apreciemos as normas sob uma perspectiva de gênero, para reconhecer aquela interpretação que melhor se coaduna com os princípios e valores expressos na nossa Constituição”, defende a procuradora-geral da República interina.

assessoria do CNMP



assessoria do CNMP



Inteligência artificial no MP

Dois integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público apresentaram uma proposta para a utilização de ferramentas de inteligência artificial generativa, conhecida como IA, no MP brasileiro. A IA é um tipo de sistema capaz de gerar texto, imagens, áudios ou vídeos em resposta a pedidos em linguagem comum. Os conselheiros Rodrigo Badaró e Moacyr Rey Filho argumentam que a técnica pode ser utilizada para automatizar tarefas, analisar grandes volumes de dados e apoiar a tomada de decisões no Ministério Público. Para diminuir os riscos associados ao uso da IA, como a possibilidade de vazamentos de dados, o uso indevido de informações e a discriminação, Rodrigo e Moacyr recomendam que a ferramenta sejam operada em datacenters ou provedores de serviço de nuvem, ou ainda por meio de aplicações (APIs) que garantam o isolamento dos dados da organização.

Arquivo pessoal



Acabou a novela PPP da Rodoviária

Demorou, mas tudo indica que agora vai entrar nos eixos: o projeto de lei referente à Parceria Público-Privada (PPP) da Rodoviária do Plano Piloto deve ser aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), na próxima terça-feira. Eduardo Pedrosa (União Brasil), presidente da CEOF, e Paula Belmonte (Cidadania), enfim, se entenderam. Em troca da aprovação, a parlamentar teve que fazer ajuste no texto de emenda da sua autoria, que permite que os permissionários da Rodoviária mantenham a preferência na escolha do local e a manutenção da mesma atividade que exercem hoje. “É uma questão de justiça”, destaca a deputada.

Ed Alves/CB/DA.Press



À QUEIMA-ROUPA
CRISTINA TUBINO,
presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar da OAB-DF

A violência contra a mulher está presente em todas as esferas sociais?

Sim. A violência doméstica, infelizmente, está presente na vida de mulheres de todas as esferas sociais, de níveis educacionais e mesmo que atinja determinadas mulheres com mais frequência — quando fazemos uma análise interseccional —, como as pretas e com condições econômicas mais baixas. Todavia, qualquer mulher pode se perceber em um relacionamento abusivo. Infelizmente, um grande número não percebe os sinais desses abusos que, geralmente, se inicia com a violência psicológica, de forma camuflada em um suposto “cuidado”.

Como o Estado atua na prevenção e no resguardo das vítimas?

As políticas públicas de prevenção, de conscientização da igualdade de gênero e de direitos de mulheres em relações de violência doméstica são essenciais e devem estar presentes no dia a dia. Somente assim, conseguiremos mudar a forma de a mulher ser vista, o machismo estrutural tão arraigado na sociedade. Casos recentes têm mostrado que há muitos homens que vêem as mulheres como objetos, por exemplo, ao aborda-las na rua para cometer crimes contra liberdade sexual; atos de violência física e verbal em um casamento de 25 anos cometidos até mesmo na presença de terceiros e dos filhos do casal. Assim, as políticas de prevenção da violência são essenciais. Quando ela acontece, o Estado precisa estar presente para prestar atendimento médico, psicológico, acolhimento perante as autoridades policiais e do Judiciário. Atuar de forma rápida e eficiente, a fim de impedir que as violências continuem e fazer com que essa

mulher possa se sentir segura. Se a mulher que denuncia um agressor não se sentir segura, não for devidamente acolhida e amparada, ela acabará voltando para aquele relacionamento e para seu agressor.

A violência doméstica, quando presenciada pelos filhos, traz grandes consequências?

Com certeza. Infelizmente, quando falamos de violência, seja no âmbito doméstico ou em uma relação íntima de afeto, é muito comum que os atos de violência — ao longo do tempo —, sejam cometidos na presença de filhos do casal ou crianças. Há estudos que verificaram reflexos da violência doméstica até na terceira geração seguinte àquela em que a violência doméstica ocorreu. Crianças aprendem muito mais pelo exemplo do que pelo que falamos a elas. Ver um relacionamento abusivo, um pai agredindo verbal ou fisicamente a mãe, passa a equivocada mensagem de que aquela violência é normal ou aceitável.

Quais os principais entraves das vítimas que, por vezes, preferem silenciar?

A violência doméstica é um fenômeno multifacetado. Daí, a dificuldade no seu combate e a dificuldade das vítimas, muitas vezes, denunciarem seus agressores. Elas sentem medo, vergonha e se questionam sobre o que parentes, amigos e sociedade vão pensar delas. Ainda há, culturalmente, a ideia de que a mulher deve ser responsável por “manter a harmonia do lar a todo custo”. Tem medo de não conseguir viver por si só — em razão da dependência psicológica e financeira. Medo de serem julgadas e não apoiadas. E, por vezes, demoram muito para perceber que estão em um relacionamento abusivo.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

FEMINICÍDIO / Corpo de Sofia Antunes Queiroz, 20 anos, foi sepultado ontem. Ela foi assassinada com tiro no pescoço após discussão, em casa, com o companheiro, Leandro Lustosa. Familiares relatam ameaças feitas pelo suspeito

Proteção para mãe e filho de vítima

» PEDRO MARRA

Após ameaças de morte feitas por Leandro Gomes Lustosa, 33 anos, acusado de matar Sofia Antunes Queiroz, 20, com um tiro de revólver calibre .38 mm, na noite de quarta-feira, no Vale do Amanhecer, a mãe da vítima, Paula Leide de Souza Queiroz, 38, pediu à Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) uma medida protetiva de urgência para ela e para o neto, de 4 anos, contra o agressor. O suspeito de cometer o crime estava foragido até o final da noite de ontem.

O **Correio** apurou que a família tem sofrido ameaças de morte do acusado. Pais e parentes da

vítima suspeitam que ele esteja usando o celular do irmão para mandar mensagens em tom ameaçador. Em uma conversa por mensagem, uma parente de Sofia perguntou a Leandro o que foi “aquele tapa na cara” que ela teria presenciado na residência do casal. “Aquilo não foi nada”, escreveu ele.

Com flores brancas em pedido de paz e muita comoção, mais de 30 familiares de Sofia velaram e sepultaram o corpo da jovem, na tarde de ontem, no Cemitério Campo da Esperança, na Asa Sul. Os parentes clamaram por justiça no caso diante do brutal assassinato da 31ª vítima do crime no ano. Paula estava com os olhos lacrimejados

Material cedido ao Correio



Sofia Antunes Queiroz, 20, foi a 31ª vítima de feminicídio no DF

e ainda impactada com a morte da filha. Ela confirmou que o casal brigava após Leandro consumir bebida alcoólica.

Por outro lado, a mãe do suspeito, Maria Zélia, 53, disse à reportagem, na última quinta-feira, que os dois bebiam álcool. Segundo ela, era comum o encontro das duas famílias, desde almoçar a passar o Natal juntos. “Eles já foram comer lá em casa e bebemos cerveja juntos. Fui lá duas vezes. Depois disso tudo, eu quero justiça”, pede a mãe de Sofia.

Entre choro e sentimento de indignação, o pai da jovem, o mecânico Raimundo Antunes Queiroz, 41, reforça o pedido de justiça para que o suspeito seja encontrado

e preso. Ele relata que a moça tinha o sonho de ser professora, como a tia. “A gente precisa da Justiça, porque isso não pode ficar impune. A Justiça não vai trazer ela de volta, mas pelo menos vai amenizar um pouco da dor, porque arrancou um pedaço de mim”, emociona-se.

Raimundo relata que fazia chamadas de vídeo com a filha de duas a três vezes por semana e estranhava o fato de ela sempre estar em casa. “Ela nunca estava fora de casa, como se ele não deixasse ela sair. Depois que ela morreu, os vizinhos comentaram que era raro ela sair de casa. Isso é doido porque ninguém tem que prender ninguém dentro de casa”, desabafa o pai da vítima.

OPERAÇÃO

Polícia civil cerca PCC no DF

Uma megaoperação desencadeada pela PCDF ontem cumpriu 11 mandados de prisão preventiva e 11 de busca e apreensão contra integrantes da facção paulista Primeiro Comando da Capital (PCC).

A ação visa impedir a reestruturação da célula brasiliense da organização criminosa,

responsável por crimes graves praticados em regiões do Distrito Federal.

A segunda fase da operação Saturação foi deflagrada pela Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Draco), vinculada ao Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Decor), com o apoio do

Núcleo de Fiscalização do Sistema Penitenciário do Ministério Público do DF (Nupri/MPDFT) e da Secretaria de Administração Penitenciária (Seape).

Os mandados foram cumpridos em São Sebastião, Samambaia, Planaltina, Ceilândia, Paranoá, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Planaltina, Ceilândia, Gama e Paranoá — e em Padre Bernardo, em Goiás.

Além disso, há mandados de

prisão preventiva sendo cumpridos em estabelecimentos prisionais de Brasília.

Trata-se de uma continuação da operação Saturação, realizada em novembro de 2022, em que foram cumpridos 45 mandados judiciais contra faccionados.

Os investigados podem responder pelo crime de organização criminosa e, se condenados, podem pegar uma pena de até 13 anos de prisão.

PCDF/Divulgação



PCDF cumpre 22 mandados contra membros do PCC